

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

AMÉRICA LATINA, BLOCO ALIANÇA DO PACÍFICO E BRASIL

Rafaella Freitas Panajotti

0713554

ORIENTADOR: ELIANE GOTTLIEB

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri, para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.”

Junho de 2014

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

AMÉRICA LATINA, BLOCO ALIANÇA DO PACÍFICO E BRASIL

Rafaella Freitas Panajotti

0713554

ORIENTADOR: ELIANE GOTTLIEB

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri, para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.”

Junho de 2014

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor.”

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente aos meus pais por todo apoio e suporte necessários para a minha formação. Aos meus amigos pela companhia e paciência, me incentivando na conclusão do meu projeto final. Gostaria de agradecer, também, a minha orientadora Eliane Gottlieb por ter me ajudado tanto e acreditado no meu potencial.

Sumário

1. Introdução.....	6
2. Blocos Comerciais.....	8
3. Bloco Aliança do Pacífico.....	10
4. Panorama Econômico.....	13
4.1 Chile.....	14
4.2 Peru.....	15
4.3 México.....	17
4.4 Colômbia.....	18
4.5 Brasil.....	19
5. Conclusão.....	22
6. Referência Bibliográfica.....	28

Tabelas:

1. Exportações por país.....	13
2. Indicadores Econômicos – Chile.....	14
3. Indicadores Econômicos – Peru.....	15
4. Indicadores Econômicos – México.....	17
5. Indicadores Econômicos – Colômbia.....	18
6. Indicadores Econômicos – Brasil.....	19
7. Investimento Estrangeiro Direto.....	22
8. Indicadores de transações internacionais.....	24

Gráficos:

1. Crescimento do Investimento Estrangeiro Direto.....	23
2. Ranking – facilidade de fazer negócios.....	25

1. Introdução

A Aliança do Pacífico é um bloco comercial estruturado em abril de 2011 e formalmente legalizado em junho de 2012, com o propósito de criar mercados mais atrativos entre os países que o integram e assim aumentar a sua competitividade no mercado global.

O acordo que tem Chile, México, Colômbia e Peru como países-membros, provoca diferentes reações, gerando grande expectativa e interesse de países, da América Latina e de outros continentes.

De fato, é crescente a atenção sobre o bloco, que hoje conta com 30 países na condição de membros observadores, tais como o Canadá, Estados Unidos, Paraguai, Uruguai, Japão, China, Austrália, Nova Zelândia, Alemanha, França, Espanha, Reino Unido, entre outros.

É muito provável que a Aliança seja ampliada no futuro, com a inclusão do Panamá e da Costa Rica – esse já em processo de adesão. Um requisito básico para a entrada no bloco é a existência de acordos bilaterais com todos os países-membros.

O novo bloco, que representa 35% do Produto Interno Bruto da América Latina, 55% de suas exportações, e um mercado de mais de 209 milhões de consumidores, tem como objetivo a integração entre os países a fim de avançar progressivamente para a livre circulação de bens, gerando um maior dinamismo no fluxo de comércio entre eles.

A fim de alcançar uma maior liberdade comercial, Chile, Peru, Colômbia e México firmaram um acordo de transparência fiscal para combater a sonegação de impostos. Essa medida é importante, pois, cerca de 90% dos produtos são comercializados com tarifa zero entre eles e até 2018 pretende-se atingir 100% dos produtos sem nenhuma tarifa.

Além disso, outras medidas foram adotadas, como a eliminação de vistos para a circulação de pessoas entre os países; a instalação de uma embaixada compartilhada em Gana (África); a assinatura de convênios com concessão de bolsas de estudos para estudantes; e a abertura de escritórios comerciais conjuntos.

Enquanto isso, o Mercosul enfrenta dificuldades na redução de barreiras comerciais, a exemplo do Brasil e da Argentina, que vêm tomando medidas de estímulo à indústria local consideradas protecionistas – que afugentam investimentos estrangeiros – e diminuem as possibilidades de crescimento e de aumento dos patamares de renda e emprego. Diante desse cenário, é importante que o Brasil acompanhe cuidadosamente o modelo de crescimento dos países da Aliança do Pacífico, identificando oportunidades para mudança na atual condução da política comercial.

2. Blocos Comerciais

No pós-guerra ocorreu uma grande liberalização do comércio internacional, quando foi realizada uma negociação onde diversos governos concordaram em reduzir tarifas de forma coordenada. Para dar início às negociações multilaterais um grupo de países se reuniu e estabeleceu um conjunto de regras e medidas, através do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). As suas normas e seu sistema ainda vigoram, mas hoje em dia fazem parte da Organização Mundial do Comércio (OMC), fundada em 1995.

A abertura comercial é defendida por economistas desde a época de Adam Smith, pois acredita-se que o livre comércio ajuda a acabar com distorções de produção e consumo, evita perdas de eficiência associadas à proteção e aumenta o bem-estar social. De acordo com Krugman e Obstfeld “estima-se que alguns países menores que impõem tarifas e cotas muito restritivas perdem em torno de 10% de sua renda nacional potencial para distorções causadas por suas políticas comerciais”.¹

A liberalização comercial tem sido utilizada como uma eficiente ferramenta ao desenvolvimento, havendo fortes evidências de que há diversos benefícios que um país pode obter através de uma participação mais ativa no mercado mundial.

Segundo relatório da OMC há uma correlação positiva entre o acesso a insumos importados e o desempenho das exportações – quanto mais integrado é o país à cadeia produtiva internacional, maior o crescimento das exportações. O acesso à importação de bens intermediários melhora a capacidade das empresas para aumentar a sua produção e permanecer competitiva.

A análise custo-benefício do livre comércio deve levar em conta, também, a vantagem de uma escala de produção mais eficiente para um país. Numa economia muito protegida, devido a menor concorrência e aumento dos lucros, há um incentivo maior para as firmas entrarem na indústria, o que resulta numa produção fragmentada e ineficiente.

¹ KRUGMAN, Paul / OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. São Paulo: Ed. Pearson Addison Wesley, 2005

A União Europeia, que conhecemos hoje em dia, surgiu na década de 1950 como Comunidade Econômica Europeia. Originalmente era formada por seis países europeus e só depois recebeu a adesão de novos Estados-membros. O acordo tinha como base a política comercial. Em primeiro lugar, criou-se uma união alfandegária, onde todas as tarifas foram exoneradas no comércio entre os integrantes do bloco. Em segundo lugar, adotou-se um programa de subsídios à exportação de produtos agrícolas através da Política Agrícola Comum da União Europeia (PAC).

Apesar de a União Europeia ser uma união aduaneira, onde os países tem acesso ao livre comércio entre eles, havia barreiras comerciais que elevavam os custos do comércio dentro da Europa.

Com o objetivo de eliminar esses custos, que limitavam a integração total dos mercados, foi assinado em 1987 o Single European Act para a criação de um mercado europeu unificado. O acordo visava diminuir custos em termos de tempo e combustível perdido no transporte de bens entre as fronteiras, nos custos de locomoção de homens de negócios que perdiam tempo na imigração e na alfândega. Além disso, existiam também divergências entre os países em relação à regulamentação sanitária sobre alimentos e medicamentos. Para eliminar essas barreiras e diminuir as despesas, foram adotados padrões comuns, e assim obterem ganhos potenciais com uma maior concorrência entre as firmas e uma escala de produção mais eficiente.

3. Bloco Aliança do Pacífico

O acordo comercial firmado entre Chile, Peru, México e Colômbia foi criado com o propósito de promover um espaço de profunda integração. Em abril de 2011 os governos chegaram a um acordo sobre o objetivo do bloco de “Avançar progressivamente para a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas”.

Como afirmou o Presidente do México Enrique Peña Nieto no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, “a Aliança vai além de um tratado de livre comércio”. De fato, os três principais objetivos do bloco são:

“1. Construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de profunda integração para avançar progressivamente em direção à livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas.

2. Promover maior crescimento, desenvolvimento e competitividade das economias das partes, com o objetivo de alcançar maior bem-estar, a superação da desigualdade socioeconômica e a inclusão social de seus habitantes.

3. Tornar-se uma plataforma para a articulação política, de integração econômica e comercial e de projeção para o resto do mundo, com uma ênfase especial na região da Ásia-Pacífico.”²

Para isso foram instituídos grupos técnicos especializados para ajudar na negociação de diversos temas. A seção de Comércio e Integração é responsável pela redução de tarifas, regras de origem, barreiras técnicas, facilitação do comércio e cooperação aduaneira.

Um grupo de Compras Públicas garante maiores benefícios e melhores preços nas compras de bens e serviços. Outro grupo, de Serviços e Capital, promove o comércio de serviços e investimentos, incluindo o comércio transfronteiriço de serviços, transporte marítimo, telecomunicações e serviços financeiros.

Além disso, as Agências de Promoção de Comércio de cada país trabalham em conjunto a fim de estimular o investimento e o turismo entre eles. Com o objetivo de

² http://alianzapacifico.net/que_es_la_alianza/la-alianza-del-pacifico-y-sus-objetivos/

discutir a sua relevância e determinar o foco e conteúdo de tais assuntos, foi criado um comitê de Propriedade Intelectual e Reforma Regulatória.

Esses grupos são responsáveis pela criação e regulação de medidas adotadas a fim de atingir os principais propósitos da Aliança. Há também grupos de Movimento de Pessoas e Facilitação do Trânsito Migratório, Estratégia de Comunicação, Cooperação – com o objetivo de desenvolver projetos em comum em diferentes áreas, Turismo, Transparência Fiscal, Relações Externas, entre outros.

Em agosto de 2012, foi formado o Conselho de Negócios da Aliança do Pacífico, que visa monitorar o progresso das economias e o impacto do bloco sobre as relações econômicas e comerciais.

Os quatro países da Aliança possuem economia estável, mercado dinâmico e globalizado e condições favoráveis ao investimento. A taxa média de desemprego é de 7%. A pauta de exportações é composta principalmente por combustíveis e minerais, produtos agrícolas e manufaturas. Em 2012, os integrantes do bloco foram responsáveis por 50% do comércio exterior realizado pelos países da América Latina.

Um dos temas centrais do acordo é a livre circulação de pessoas, que pretende facilitar o trânsito migratório e aumentar o turismo entre os países participantes. Para isso, diversas exigências de vistos foram eliminadas. Foi assinado um acordo de Cooperação em Turismo e uma plataforma de mobilidade estudantil e acadêmica já concedeu 227 bolsas de graduação e 29 de pós-graduação para os alunos estudarem em Universidades dos países da Aliança. Há também investimentos numa Rede de Investigação Científica de Mudanças Climáticas.

Como parte do acordo de integração política e econômica, algumas sedes diplomáticas e consulados são divididos na Ásia, na África e na Eurásia, essa medida além de promover a Aliança em regiões estratégicas, também reduz o custo de tais operações.

As novas regras de origem da Aliança permitem maior acesso aos bens através de normas mais flexíveis e transparentes. Com isso, as matérias-primas de um país podem ir a outro país do bloco, sofrer uma transformação produtiva e ir a terceiros mercados aproveitando os benefícios tarifários desse país.

Um dos principais benefícios é a possibilidade de atrair mais investimento, e gerar um maior movimento de capital, tanto entre os países-membros como de economias externas ao bloco. Por estarem inseridos num mercado consumidor maior no total, acabam recebendo mais atenção dos investidores internacionais do que teriam se comparados separadamente. Além disso, aumentam as possibilidades de fusões e aquisições entre as empresas da Aliança no futuro. O Chile, por exemplo, é um grande investidor na Colômbia, cujos investimentos vêm se expandindo cada vez mais no Chile e no Peru.

Outro fator que gera expectativa de aumento nos investimentos, é a integração, também, dos mercados financeiros. “O Mercado Integrado Latino-Americano (MILA) é uma proposta que inclui a fusão dos mercados do Chile, Colômbia e Peru no âmbito da Aliança do Pacífico e visa facilitar investimentos estrangeiros, principalmente com países voltados ao Pacífico. Mesmo que o México ainda não tenha aderido ao acordo, sua influência nas negociações de adesão incitam o interesse dos EUA, e, na percepção de que todos os membros da Aliança do Pacífico possuem acordos bilaterais com os EUA, constata-se que esta parceria serve de ponte para o estabelecimento de um hemisfério econômico mais interdependente (Kotschwar e Schott, 2013).”³

Diversos políticos defendem a ideia de que o acordo é uma estratégia americana para usar os países latinos como forma de diminuir o poder da China. Um dos opositores à formação do bloco, o Presidente da Bolívia, Evo Morales, criticou a Aliança por estabelecer o livre comércio entre os países-membros e privatizar serviços básicos como água e luz e ainda afirmou ser “uma tentativa dos Estados Unidos de usar um ou dois presidentes para dividir a América do Sul”.⁴

³ MOREIRA de MELLO, Guilherme – Antagonismos entre Aliança do Pacífico e Mercosul

⁴ <http://www.redebrasilatual.com.br/mundo/2013/08/alianca-do-pacifico-e-tentativa-de-dividir-america-do-sul-afirma-evo-morales-1170.html>

4. Panorama Econômico

A tabela a seguir mostra o intercâmbio entre os países do bloco revelando uma baixa integração entre eles. No caso do México, por exemplo, apenas 2,3% da receita com exportações é explicada pelas vendas aos demais países.

Ela indica que 5,6% da receita com as exportações brasileiras decorreram das vendas aos integrantes do bloco em 2013. Dentre os principais produtos enviados a eles, estão Óleos brutos de petróleo, Plataformas de perfuração para exploração, Veículos Automóveis e Chassis com motor.

Tabela 1: Exportações por País

Exportações (US\$ milhões) – 2013					
	Chile	Peru	México	Colômbia	Brasil
Chile	-	1.671	2.085	1.572	4.484
Peru	1.908	-	1.771	1.274	2.147
México	1.315	510	-	864	4.230
Colômbia	867	843	4.735	-	2.703
Total Aliança	4.089	3.025	8.591	3.709	13.564
Total País	76.684	41.889	380.189	58.824	242.179
Participação (%)	5,3	7,2	2,3	6,3	5,6

Fonte: Banco de México, DANE, SIICEX, ProChile, Mdic

É interessante notar que os quatro países possuem acordos preferenciais com regiões e países de economias pujantes. “O Chile possui preferenciais tarifárias com 62 países. A Colômbia, com 60 mercados. O México tem acesso preferencial a 50, e o Peru, a 52. Todos eles têm acordos de livre comércio com Estados Unidos e União Europeia. O Brasil tem 22 acordos preferenciais, a maioria pouco relevante.”⁵

⁵ <http://www.arnaldojardim.com.br/site/opiniao-do-deputado/?id=189> (JARDIM, Arnaldo. **A Frágil pauta de exportação brasileira**)

4.1 Chile

Tabela 2: Indicadores Econômicos - Chile

País: Chile	2013	2014*
População (milhões)	17.620	17.773
PIB (US\$ bilhões)	277	263
PIB per capita (US\$)	15.775	14.856
Variação PIB (%)	4,2	3,6
Inflação (%)	1,8	3,5
Taxa de desemprego (%)	5,9	6,1

Fonte: Fundo Monetário Internacional
*Os dados do ano de 2014 são projeções feitas pelo FMI

O Chile possui reservas significativas e uma situação macroeconômica saudável. No contexto da região sul-americana, é o país que oferece melhores condições de logística e plataforma de produção, ocupando a posição número 30 no ranking de competitividade 2013 entre 60 países. O crescimento do PIB em 2013 foi de 4,2%, e as previsões apontam para um indicador em torno de 3,6% em 2014.

O crescimento sustentado, a transparência de suas leis, a boa gestão econômica e a abertura a outros mercados o tornaram um dos países mais dinâmicos da região, como mostra a competitividade dos seus produtos, que são distribuídos em proporções semelhantes entre EUA, União Europeia, Ásia e Mercosul.

Na política de comércio exterior, o Chile tem procurado manter a sua independência de outros países latino-americanos. Não é integrado ao Mercosul – embora seja membro associado – e nem na Comunidade Andina. Sua estratégia tem sido a de estabelecer relações privilegiadas com os seus principais parceiros comerciais, através de acordos de livre comércio, e agora com o novo bloco pretende se expandir para a Ásia.

Como resultado do seu desempenho econômico, a Standard & Poor's concedeu ao Chile a nota de crédito AA-, cinco posições a frente do Brasil. Os bons indicadores são consequência de uma política constante de controle fiscal, liberalização econômica e inflação baixa. O que permite que o governo hoje tenha projetos ambiciosos como a ampliação de gastos sociais, maior investimento em educação e redução da desigualdade.

Em sua coluna diária no jornal O Globo, a economista Miriam Leitão afirma que “o Chile tem algumas vulnerabilidades econômicas e várias virtudes. O principal problema é a dependência crônica e persistente em relação à exportação de cobre. Cerca de 60% do comércio externo do país estão relacionados à venda de commodities metálicas, principalmente para a China”.⁶

De fato, em 2013, o cobre – principal produto da pauta de exportações – foi responsável por 52,4% de suas vendas externas. As exportações chilenas totalizaram US\$ 76.684 bilhões, o principal mercado de destino dos produtos foi a China, que concentrou 25% do total de embarques (US\$ 19.090 milhões). Em segundo lugar ficou os Estados Unidos (13%), seguido do Japão (10%) e em quarto o Brasil (5,8%).

4.2 Peru

Tabela 3: Indicadores Econômicos - Peru

País: Peru	2013	2014*
População (milhões)	30.376	30.769
PIB (US\$ bilhões)	207	217
PIB per capita (US\$)	6.674	6.895
Variação PIB (%)	5,0	5,5
Inflação (%)	2,8	2,5
Taxa de desemprego (%)	7,5	6,0

Fonte: Fundo Monetário Internacional
*Os dados do ano de 2014 são projeções feitas pelo FMI

O Peru vem ganhando cada vez mais importância na região, consequência do desempenho econômico nos últimos anos. O país apresenta uma das taxas de crescimento mais altas do continente acompanhada por taxas de inflação baixas.

As perspectivas econômicas continuam favoráveis para os próximos anos, principalmente com base nos anúncios de implementação de grandes projetos de investimento, relacionadas à infraestrutura pública, produção agrícola e atividades de marketing. Diante desse cenário, cresce a confiança gerada pelos agentes econômicos em relação à economia peruana, assim como as expectativas do consumo interno.

⁶ <http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2014/03/13/a-economia-do-chile-527470.asp>

As possibilidades de exportação e investimento são cada vez maiores. O país tem experimentado um grande avanço na abertura para o exterior e no desenvolvimento econômico. Atualmente, 95% das exportações são destinadas a países com os quais o Peru possui acordos comerciais vigentes, por entrar em vigência ou em negociação. Agora como membro da nova aliança, aumentam as possibilidades para empresas estrangeiras se instalarem no país e se expandirem na América Latina.

Um exemplo disso é a presença de grandes grupos chilenos em seu território em diversos setores, como a Mas Errázuriz, empresa de mineração e construção; Viña Concha y toro, fabricante de vinhos; Cencosud, uma das maiores empresas varejistas da América Latina, presente também no Brasil; entre outros.

A economia peruana apresentou o crescimento mais rápido na América Latina na última década, impulsionada pelos investimentos – principalmente – no setor extrativo, que representa mais de 60% do total das exportações. O país é o terceiro maior produtor mundial de cobre e prata e o sexto maior produtor de ouro. Apesar do forte desempenho, a dependência das exportações minerais e de metais e as importações de alimentos submetem a economia às flutuações dos preços mundiais.

Em 2013, as exportações peruanas sofreram queda de 9,7% em relação ao ano anterior. A mineração é o principal setor na pauta de exportações, e seu declínio teve um forte impacto no desempenho peruano. A contração nas vendas de ouro (-16,9%) ocorreu principalmente pela queda nos preços e o cobre (cuja receita com exportação caiu 8,5%) enfrentou problemas de produção.

Os Estados Unidos atualmente é o principal parceiro comercial do Peru, em 2013 o comércio bilateral superou US\$ 16 bilhões. Junto com a China, foram responsáveis por aproximadamente 17% cada do total das exportações. Além disso, ao somar o total das exportações para o Chile, Colômbia e México, a Aliança do Pacífico fica em terceiro lugar e corresponde a 7,2% do total das vendas ao exterior.

A pauta de exportações peruana é composta em sua maioria por produtos tradicionais, que em 2013 somaram o equivalente a 73,7% do total – com embarques de Cobre (23,4%), Ouro (19,3%), Petróleo e Derivados (13%), Pesca (4,1%), entre outros – e em menor escala pelo setor não tradicional (26,3%).

4.3 México

Tabela 4: Indicadores Econômicos - México

País: México	2013	2014*
População (milhões)	122.332	123.799
PIB (US\$ trilhões)	1.259	1.288
PIB per capita (US\$)	10.629	10.767
Variação PIB (%)	1,1	3,0
Inflação (%)	3,8	4,0
Taxa de desemprego (%)	4,9	4,5
Fonte: Fundo Monetário Internacional		
*Os dados do ano de 2014 são projeções feitas pelo FMI		

O México, com 120 milhões de habitantes representa um mercado em constante crescimento. Seu PIB per capita de cerca de US\$ 10.629 é um dos mais altos da América Latina. Após o fraco desempenho em 2013, o FMI espera uma melhora na economia mexicana e estima um crescimento de 3% em 2014.

Além disso, o país possui uma localização estratégica no centro do continente americano. Os numerosos acordos comerciais com as economias da Europa, Ásia e América fazem do México uma inquestionável plataforma de entrada em um mercado com mais de um bilhão de consumidores potenciais.

O país liberalizou seu comércio desde meados dos anos 80, especialmente desde a sua adesão ao GATT em 1986. Atualmente, a abertura de sua economia é de cerca de 60%, o que o compara favoravelmente com outros países-membros da OCDE. Esta abertura é em parte devido a acordos comerciais que assinou, oferecendo acesso preferencial a 43 mercados.

México tem sido, tradicionalmente, junto com o Brasil, o destino de investimento mais atraente na América Latina. A Espanha é o segundo maior investidor (atrás dos EUA) e o primeiro da União Europeia. Segundo dados da Unctad, em 2013, o México foi o décimo segundo país com maior Investimento Estrangeiro Direto (IED) no mundo, totalizando US\$ 38 bilhões.

O Tratado Norte-Americano de livre comércio (NAFTA), do qual fazem parte México, Estados Unidos e Canadá, possui uma política de custo reduzido para troca de

mercadorias entre eles. Como consequência, os Estados Unidos se destaca como principal parceiro comercial do México – responsável por quase 80% do total das exportações.

Segundo o Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI) do México, as exportações são de caráter Não-petrolero (US\$ 331 bilhões), caracterizado em maior parte pelo setor de manufaturas – ouro, automóveis, máquinas e equipamentos elétricos – e Petrolero (US\$ 49 bilhões).

4.4 Colômbia

Tabela 5: Indicadores Econômicos - Colômbia

País: Colômbia	2013	2014*
População (milhões)	48.321	48.930
PIB (US\$ bilhões)	382	388
PIB per capita (US\$)	8.097	8.125
Variação PIB (%)	4,3	4,5
Inflação (%)	2,0	1,9
Taxa de desemprego (%)	9,7	9,3

Fonte: Fundo Monetário Internacional
*Os dados do ano de 2014 são projeções feitas pelo FMI

A economia colombiana manteve uma performance muito positiva nos últimos anos. Em 2013 a Colômbia foi considerada em diversos os fóruns econômicos o país com a melhor projeção de futuro da América Latina. Além disso, o ambiente de negócios melhorou significativamente, o que fez com que o investimento estrangeiro quadruplicasse em apenas 6 anos.

“Os economistas esperam que com esse acordo se gere um crescimento adicional do PIB em 0,7% e que aumente o investimento em 1,4%, além de levar à geração de mais de 40 mil postos de trabalho.”⁷

Em 2013 o crescimento do PIB foi de 4,3%, e a previsão para 2014 é de leve aumento, enquanto a inflação figura entre as mais baixas do continente. Porém, o que causa preocupação na Colômbia é sua dívida externa – corresponde a 24,4% do PIB –

⁷ http://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/11/internacional/1392076207_510966.html

que alcançou US\$ 91.879 milhões em 2013, 3,1% acima do registrado no ano anterior. Esse aumento resultou principalmente pelo endividamento de longo prazo (16,4%) e, em menor medida pela dívida de curto prazo (15,5%), concentrada principalmente no setor financeiro em empréstimos bancários e títulos. O saldo da dívida externa pública também cresceu 13,1% em comparação ao ano de 2012, chegando a 52.102 milhões de dólares.

Além de enfrentar grandes dificuldades logísticas para mover seus produtos entre o interior e a costa devido a problemas de infraestrutura, a Colômbia é o país mais fechado comercialmente, dentre os participantes do bloco. Do total exportado, 6,3% foi destinado aos países da Aliança em 2013.

Os Estados Unidos ocupou o lugar como principal parceiro em ambas as vias comerciais em 2013, US\$ 18.459 bilhões nas exportações – responsável por 31,4% do total – e US\$ 16.337 bilhões nas importações (26,6%).

A Colômbia é o maior produtor mundial de esmeraldas e no ano passado o embarque de *Pedras Preciosas* representou 4,2% do total das exportações. Outros segmentos de destaque nas exportações colombiana são: Petróleo e Derivados (55,2%), Carvão (11,4%) e Café (3,2%).

4.5 Brasil

Tabela 6: Indicadores Econômicos - Brasil

País: Brasil	2013	2014*
População (milhões)	200.362	202.034
PIB (US\$ trilhões)	2.243	2.216
PIB per capita (US\$)	11.310	11.079
Variação PIB (%)	2,3	1,8
Inflação (%)	6,2	5,9
Taxa de desemprego (%)	5,4	5,6

Fonte: Fundo Monetário Internacional
*Os dados do ano de 2014 são projeções feitas pelo FMI

De 2012 para 2013 ocorreu uma queda nas exportações, explicado pela contração nos preços mundiais das *commodities*. Ainda assim, em 2013 as exportações brasileiras

atingiram US\$ 242.179 milhões, com destaque para as vendas de *Minério de Ferro* (13,4%), *Soja* (9,4%) e *Combustíveis Minerais* (7,4%).

A China foi o principal parceiro comercial do Brasil, responsável por 19,0% do total das exportações (US\$ 46.026 milhões) e 15,6% das importações (US\$ 37.303 milhões), que resultou num saldo comercial positivo (US\$ 8.723 milhões). Em segundo lugar ficou os Estados Unidos (10,2%), seguido da Argentina (8,1%) e Holanda (7,2%).

“O crescimento mais fraco do Brasil derrubou os indicadores do comércio exterior da América do Sul e Central, segundo o relatório anual da Organização Mundial do Comércio (OMC). Nos últimos anos, ocorreu uma grande desaceleração no comércio total e uma brusca contração no setor de serviços.”⁸

De acordo com o estudo *Entraves à Exportação Brasileira* da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), “as empresas exportadoras brasileiras enfrentam uma série de dificuldades para exportar, que não se limitam apenas aos entraves operacionais. São também relacionadas à infraestrutura precária; à elevada burocracia alfandegária e aduaneira; às pouco utilizadas linhas de financiamento para exportações; aos custos impostos pelo sistema tributário; e às deficiências dos mecanismos de ressarcimento”.⁹

Um dos acordos comerciais de maior relevância para o Brasil, o Mercosul, estruturado em 1991 pelo Brasil, Argentina, Uruguai, e Paraguai como uma área de livre comércio. Inicialmente as trocas entre os países-membros cresceram de forma significativa e o valor do comércio triplicou em quatro anos.

Porém de acordo com Krugman e Obstfeld, o aumento do comércio entre esses países pode não ter trazido aumento de riqueza para todos. A teoria das áreas preferenciais de comércio diz que “se o novo comércio aconteceu à custa do comércio que, do contrário, teria ocorrido com o resto do mundo – enfim, se o acordo desviou comércio em vez de criar comércio –, ele pode, na verdade, ter reduzido o bem-estar. E,

⁸ <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,omc-foca-fraco-desempenho-do-brasil-no-comercio-externo,181956e>

⁹ http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2014/04/22/437/20140422162643236590.pdf

de fato, em 1996 um estudo preparado pelo economista-chefe do Banco Mundial concluiu que, apesar do sucesso do Mercosul no aumento do comércio regional – ou melhor, porque aquele sucesso veio à custa de outro comércio –, os efeitos líquidos sobre as economias envolvidas foram provavelmente negativos. Em essência, o relatório argumentava que, como resultado do Mercosul, os consumidores dos países-membros estavam sendo induzidos a comprar de seus vizinhos produtos industrializados caros – em vez de mais baratos –, mas pesadamente tarifados, vindos de outros países. Em particular, por causa do Mercosul, a indústria automobilística brasileira altamente protegida e um tanto ineficiente, tinha, na verdade, conquistado um mercado cativo na Argentina, desbancando as importações de outros lugares. (...) o relatório afirma, com certa veemência, que o Mercosul, se não é completamente contraproducente, pelo menos tem produzido uma quantidade considerável de desvio de comércio.”¹⁰

Em 2013 o Brasil foi acusado, por diversos países na Organização Mundial do Comércio, de criar impedimentos comerciais em excesso. De fato, em 2013 o Brasil bateu seu recorde de barreiras aplicadas, com mais de cem medidas antidumping contra importações em andamento. “O volume de barreiras coloca o Brasil entre os países que mais aplicam medidas, depois que o governo quase triplicou o número de funcionários no Departamento de Defesa Comercial e ainda aprovou uma nova legislação que, desde 1º de outubro de 2013, facilita o pedido de empresas nacionais por proteção. Pela nova lei, a aplicação de sobretaxa contra importações é acelerada.”¹¹

Esse excesso de barreiras e tarifas aplicadas pelo Brasil faz com que a indústria se acostume com a proteção e os subsídios oferecidos pelo governo, resultando numa produção ineficiente e uma economia menos integrada à cadeia global. A economista Miriam Leitão afirma em sua coluna no jornal O Globo que “é preciso estar integrado na cadeia internacional produtiva em vez de apenas criar barreiras ao comércio e brigar quando algum país coloca obstáculos às exportações do Brasil”.¹²

¹⁰ KRUGMAN, Paul / OBESTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. São Paulo: Ed. Pearson Addison Wesley, 2005

¹¹ <http://noticias.r7.com/economia/noticias/aumento-de-barreiras-faz-brasil- virar-alvo-na-omc-20131024.html>

¹² <http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2014/05/20/comercio-exigencias-do-consumidor-sao-validas-saida-a-integracao-536507.asp>

5. Conclusão

Além da busca por uma maior integração de seus membros, a Aliança do Pacífico foi concebida como instrumento voltado para promover maior inserção comercial de seus participantes em regiões estratégicas e servir como plataforma para a introdução de produtos no mercado asiático.

Apesar de sua recente formação, os países já realizaram diversas reformas e avançam rapidamente na execução de suas propostas. Contudo, os benefícios ainda se mostram difíceis de calcular. A redução de 90% das tarifas no comércio intra-bloco – por exemplo – entrou em vigência há apenas 4 meses (fevereiro de 2014). Dados recentes da balança comercial ainda não foram estimados pelos centros estatísticos dos países, e por isso, não podemos concluir qual o resultado de tal medida.

“O porte da Aliança do Pacífico, o histórico recente de elevado crescimento econômico e a disposição de implementar reformas de ampliação da competitividade, além da própria ideia de integração, explicam o otimismo em relação às perspectivas de desenvolvimento e de realização de negócios, o que impulsiona o investimento estrangeiro direto.”¹³

Tabela 7: Investimento Estrangeiro Direto - IED

Investimento Estrangeiro Direto (US\$ milhões) - Fluxo de capital					
	2011	2012	2013	2013/2012 (%)	Participação - América Latina (%)
Chile	23.444	28.542	20.258	-29,0	11,0
Peru	8.233	12.240	10.172	-16,9	5,5
México	23.009	17.628	38.286	117,2	20,7
Colômbia	13.405	15.529	16.772	8,0	9,1
Brasil	66.660	65.272	64.046	-1,9	34,6
Total Aliança	68.091	73.939	85.488	15,6	46,2
América Latina e Caribe	165.815	174.546	184.920	5,9	100,0

Fonte: Cepal

Em 2013, o fluxo de capital estrangeiro enviado aos países da Aliança, foi superior a US\$ 85 bilhões, com crescimento de 15,6% em relação a 2012. Além disso, se comparado ao Mercosul, este perdeu o posto de principal destino de investimentos na

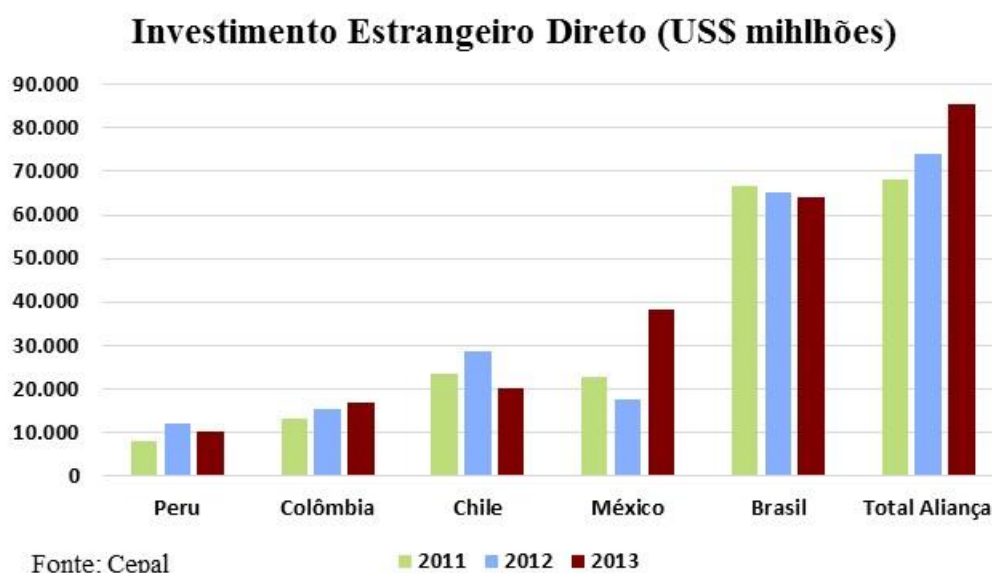
¹³ <http://www.webartigos.com/artigos/a-expansao-das-empresas-brasileiras-na-alianca-do-pacifico/119716/>

América Latina, já que no último ano 46,2% do total foi direcionado ao novo bloco. Entretanto, comparações entre o crescimento dos investimentos externos no Mercosul e na Aliança do Pacífico devem ser feitas com cautela tendo em vista especialmente as dificuldades da Argentina, parceiro importante no Mercosul.

Vale mencionar o investimento estrangeiro no México, que atingiu em 2013, nível recorde da série histórica (US\$ 38.286 milhões) – mais que o dobro registrado no ano anterior. Com aporte de US\$ 13.249 milhões da Inbev, a indústria manufatureira concentrou 70% da entrada de capital.

Enquanto isso, o Mercosul que gerou tantas expectativas desde a sua fundação, demonstra que sua atual política protecionista não tem favorecido o investimento estrangeiro. Dado seu tamanho, o Brasil ainda figura em 7ª posição no ranking mundial, porém em 2013 o país apresentou um volume inferior (-1,9%) se comparado a 2012. A Argentina também sofreu uma queda nos investimentos estrangeiros (-13%), assim como o Paraguai (-32%), devido, em parte, à crise política instalada no país.

Gráfico 1: Crescimento do Investimento Estrangeiro Direto



Um estudo da Fundação Bertelsmann considera a Aliança do Pacífico como um “modelo em alta para os mercados emergentes”. O estudo credita o sucesso do bloco às taxas contínuas de crescimento dos países e à estabilidade macroeconômica, além de

outros elementos comuns entre eles como “a melhor governabilidade, a integração global, a responsabilidade fiscal e a alta no consumo e investimento privado”.¹⁴

No mundo em que vivemos hoje, facilitar o comércio entre diferentes economias é cada vez mais importante para as empresas e o crescimento de um país. A exigência excessiva de documentos, procedimentos aduaneiros custosos, operações portuárias ineficientes e infraestrutura inadequada, geram custos extras e atraso para exportadores e importadores, dificultando potenciais trocas.

De acordo com o Banco Mundial exportadores em países em desenvolvimento ganham mais com um corte de 10% nos custos transacionais, do que com uma redução similar nas tarifas sobre seus produtos no mercado mundial. Essa conclusão foi obtida a partir de um estudo realizado pelo órgão, que calcula os custos relacionados ao comércio internacional à competitividade de cada país.

O estudo Doing Business, mede tempo e custo (menos as tarifas e o tempo e custo do transporte marítimo) associados à exportação e importação de um carregamento médio, e número de documentos necessários para completar a transação. Os indicadores cobrem procedimentos como documentação requerida e processos na alfândega e em outras agências regulatórias, assim como no porto. Além disso, calculam o tempo e custo do transporte dentro do país até a maior cidade.

Tabela 8: Indicadores de Transações Internacionais

	Chile	Peru	Colômbia	México	Brasil
Custo de Exportação (US\$ por container)	980	890	2.355	1.450	2.215
Tempo para exportar (dias)	15	12	14	11	13
Custo de Importação (US\$ por container)	930	1.010	2.470	1.740	2.275
Tempo para importar (dias)	12	17	13	11	17

Fonte: World Bank Group

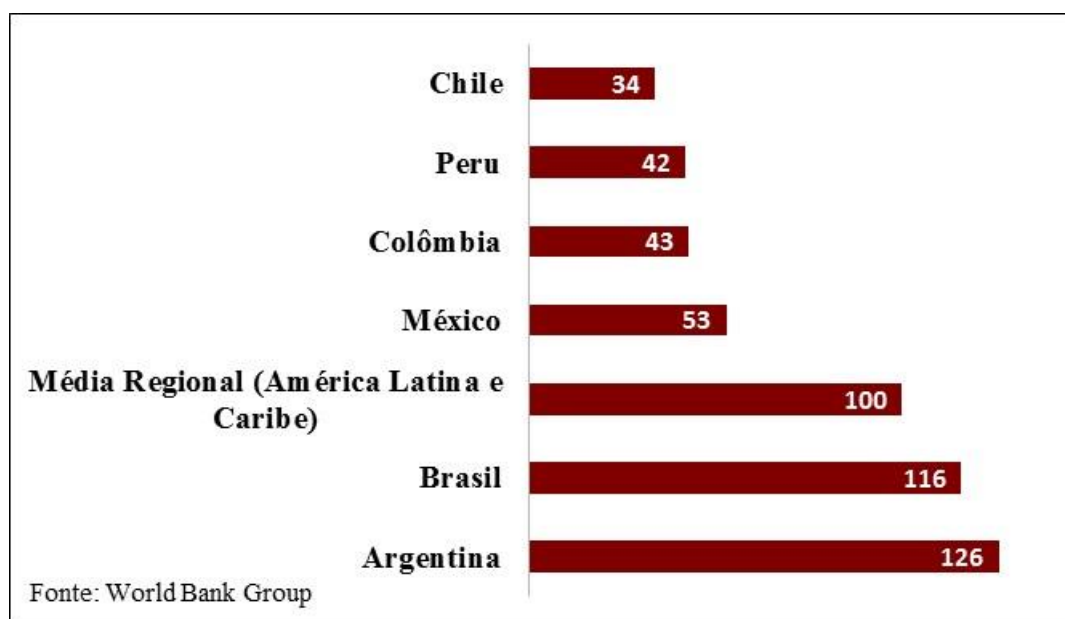
¹⁴ <http://economia.uol.com.br/noticias/efe/2014/03/13/alianca-do-pacifico-e-modelo-para-os-emergentesdiz-estudo.htm>

Se comparado aos países da Aliança, o Brasil, junto com o Peru é o país que mais perde tempo na importação, o que acaba prejudicando as indústrias nacionais, além dos altos custos incorridos nas trocas internacionais. O Chile e o Peru apresentam os menores custos de exportação e importação – menos da metade se comparado à Colômbia e ao Brasil. Enquanto isso, o México é o país que possui o transporte mais eficiente dentre os avaliados acima.

O empresário de comércio exterior, Joseph Tutundjian, em entrevista a economista Miriam Leitão afirma que “perde-se muito mais competitividade com a má qualidade da logística, quando se está movimentando milhões de toneladas de grãos, do que quando a exportação é de produtos industriais. Mesmo assim, a indústria não tem bom desempenho porque não está integrada às cadeias globais de suprimento”.¹⁵

Outro segmento do estudo Doing Business, mede a facilidade de fazer negócios em um país. Os que facilitam a abertura de novas empresas atraem mais investimentos, criando mais empregos e gerando mais renda para o governo. De acordo com o estudo, no Brasil são necessários 107,5 dias para começar um negócio, enquanto no Chile se leva apenas 5,5 dias e no México 6 dias.

Gráfico2: Ranking – facilidade de fazer negócios



¹⁵ <http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2014/05/10/balanca-vermelha-535401.asp>

O gráfico acima mostra a posição no ranking entre 189 países. As economias são classificadas com base nos indicadores calculados para cada componente, como a obtenção de alvarás de construção, o registro de propriedades, o pagamento de impostos, a proteção aos investidores, entre outros. Como podemos notar, os países da Aliança se encontram bem a frente do Brasil ou da Argentina no que diz respeito a facilidade de fazer negócios.

Em relação ao ano de 2014, as previsões são positivas para os países da Aliança. De acordo com o relatório do World Economic Outlook 2014, feito pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), é esperado que, após o fraco e inesperado crescimento do México (1,1%) no ano passado, o país se recupere e chegue a um aumento de 3% esse ano. Diversos fatores que afetaram o desempenho da economia Mexicana em 2013 estão melhorando, o país tem adotado uma política fiscal mais acomodativa e a demanda americana aponta sinais de crescimento. Segundo os dados do FMI, a inflação deve permanecer próxima ao teto da meta como resultado de certas medidas tributárias. Entretanto, as expectativas de inflação permanecem bem ancoradas. No longo prazo, as reformas estruturais no México, especialmente nos setores de energia e telecomunicação, são responsáveis por gerar uma expectativa de crescimento potencial maior.

Em relação às outras economias pertencentes ao bloco, o FMI prevê que Colômbia e Peru continuem a se expandir a taxas rápidas. Enquanto isso, no Chile, a atividade deve seguir num nível moderado, já que o investimento privado sofre um processo de desaceleração, principalmente no setor de mineração – principal setor na pauta de exportação chilena. Nos três países, devido ao recorde nas menores taxas de desemprego e aumento do salário real, o consumo doméstico continua aquecido, e a inflação deve permanecer constante.

No Brasil, as expectativas são baixas, com previsão de crescimento de 1,8% em 2014. As restrições internas são a principal causa do baixo nível de atividade econômica, pois refletem o fraco crescimento do investimento tanto em infraestrutura quanto no setor privado, resultando na perda de competitividade externa e baixa confiança dos empresários. Espera-se que a inflação continue no teto da meta, como

consequência da capacidade limitada da economia de suprir a demanda interna em conjunto com a recente desvalorização do real – aumentando o custo dos importados.

Já na Argentina e na Venezuela, parceiros do Brasil no Mercosul, o FMI prevê em seu relatório anual uma desaceleração em 2014. A persistência em políticas macroeconômicas frouxas acabou gerando uma inflação alta e um esgotamento das reservas oficiais de dólares. As taxas de câmbio oficial e de mercado permanecem distorcidas em ambos os países, e na Venezuela essa diferença continua a aumentar. Medidas administrativas foram tomadas a fim de controlar o desequilíbrio entre o mercado doméstico e externo, melhorar a atividade econômica e recuperar a confiança dos agentes. Recentemente ambos os países ajustaram suas taxas de câmbio e a Argentina aumentou sua taxa de juros, mas serão necessárias mudanças políticas mais significativas a fim de evitar um ajuste desordenado.

Por fim, o bloco acaba sendo visto como rival em relação a outros acordos já firmados na América Latina. Mas como afirmou o Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, em entrevista coletiva, “a Aliança é uma iniciativa de integração que não pretende competir com outros mecanismos de integração política ou econômica que existam no continente”.¹⁶

A presença do novo bloco joga luz sobre a importância das relações comerciais para o crescimento econômico de um país. As negociações, lançadas em 1995, de um acordo – nunca concluído – entre Mercosul e União Europeia foram retomadas recentemente. Segundo o chanceler brasileiro Luiz Alberto Figueiredo, “O Mercosul está comprometido a entregar em dezembro (2014) uma oferta conjunta à UE para destravar as negociações para um pacto comercial entre os dois blocos”.¹⁷

Apesar das dificuldades políticas enfrentadas no âmbito do Mercosul, se formalizado, o acordo “uniria mercados com 750 milhões de pessoas e 130 bilhões de dólares anuais em intercâmbio de bens e serviços”.¹⁸

¹⁶ <http://www.revistadigital.com.br/2013/05/os-rivais-do-mercosul/>

¹⁷ <http://br.epp.com.uy/novedades/uruguai-e-brasil-se-esforcam-para-finalizar-proposta-do-mercosul-a-ue>

¹⁸ <http://br.reuters.com/article/idBRSPE99K09420131021>

6. Referências Bibliográficas

- KRUGMAN, Paul / OBSTFELD, Maurice. Economia Internacional: teoria e política, São Paulo. Ed: Pearson, 2005
- PROMFET, Richard. The Economics of Regional Trade Arrangements, Oxford. Clarendon Press, 1997
- PAIVA ABREU, Marcelo de. Comércio Exterior: Interesses do Brasil, Rio de Janeiro. Ed: Elsevier, 2007
- Site Oficial da Aliança do Pacífico: www.alianzapacifico.net
- MASSAD, Carlos. La Economía Chilena: una historia difícil (Cerimônia inaugural do ano acadêmico da Universidade de Santiago, 24 de março de 1999)
- SILVA BELLO, Teresinha da. O Brasil e o duro jogo do comércio internacional. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 30, n.3, p. 73-112, dez. 2012
- Site do Ministério de Relaciones Exteriores do Chile (Dirección General de Relaciones Económicas Internacionales – DIRECON)
- Fundo Monetário Internacional – World Economic Outlook 2014
- Confederação Nacional das Indústrias – Entraves às exportações brasileiras
- Confederação Nacional das Indústrias – Coeficiente de Abertura Comercial
- APEX-Brasil – México, perfil e oportunidades comerciais
- BBVA Research
- PROEXPORT Colômbia – portal de exportações (colombiatrader.com.co)
- PROMEXICO – Reporte sobre comércio y inversión
- Ministério de Comércio, Indústria e Turismo Colômbia (Mincit) – Evaluación de la justificación económica y política de la Alianza del Pacífico
- World Bank Group – Trading Across Borders
- SIICEX, PromPeru
- International Centre for Trade and Sustainable Development – A Aliança do Pacífico: tensões entre projetos de integração na América Latina. Pontes, Volume 8 – n. 5
- VALLE MÁRQUEZ MOLINA, Julybeth del. Perspectivas de la Alianza Del Pacífico para la generación de encadenamientos productivos regionales